

O papel das redes de relações sociais no acesso a recursos e na construção de demandas em grupos populares: os casos de uma cooperativa de economia solidária e uma associação de moradores

The role of social networks on access to resources and on construction of demands in popular groups: the cases of a solidarity economy cooperative and a neighborhood association

Por Gerson de Lima Oliveira

Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS)
Mestrando em Sociologia (UFRGS)
Bolsista CAPES
gerson.oliveira@ufrgs.br

Por Rui Zanata Júnior

Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS)
Mestrando em Sociologia (UFRGS)
Bolsista CAPES
ruizanatajr@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho investiga, sob o mesmo referencial teórico, dois objetos distintos: um empreendimento de economia solidária e uma associação de moradores, localizados em Porto Alegre. Tais objetos têm em comum a característica de serem constituídos por indivíduos em situação de relativa pobreza. A partir das suas especificidades, o intuito é analisar como acessam recursos através de suas relações sociais. Nos dois casos, foram realizadas entrevistas e observações. A investigação da cooperativa revelou que a desigualdade na distribuição de capital social entre seus integrantes dificulta a instituição de relações mais simétricas. Ao mesmo tempo, constitui um fator que garante seu êxito econômico. No estudo da associação, observou-se a conformação de uma rede relacional restrita a indivíduos em posição inferior na hierarquia social. Além de possuir poucos vínculos externos, esses são na sua maioria com agentes em semelhante posição social. Tais fatores explicam as suas dificuldades em acessar recursos e construir demandas.

Palavras-chave:

Associativismo. Associações de moradores. Capital social. Cooperativismo. Economia solidária.

Introdução: esclarecimentos teóricos sobre capital social

O presente trabalho versa sobre a capacidade explicativa do conceito de capital social, conforme

Abstract:

This paper investigates, in the light of the same theoretical reference, two distinct objects: a solidarity economy enterprise and a neighborhood association located in Porto Alegre. Such objects have in common the characteristic of consisting of individuals in situation of relative poverty. From its specificities, the aim is to analyze how they access resources through their social relations. In both cases there were realized interviews and observations. The investigation of the cooperative unveiled that the inequality in the social capital distribution amongst its members halts the institution of more symmetric relations. Simultaneously, it constitutes a factor which assures its economic success. Studying the association, it was observed the conformation of a relational network restricted to individuals of inferior position in the social hierarchy. Besides possessing little external links, such links are mostly with agents in similar social position. These factors explain their difficulty in accessing resources and create demands.

Key-words:

Associativism. Neighborhood association. Social capital. Cooperativism. Solidarity economy.

construído por Bourdieu,¹ na compreensão dos processos associativos e organizativos em uma

¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005; BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 65-69.

sociedade marcada por extremas desigualdades socioeconômicas. Apesar das limitações impostas pelo estudo de dois casos específicos, mas emblemáticos, a análise construída revela a importância de se investigar a conformação de recursos relacionais na consolidação econômica de uma cooperativa de economia solidária, no primeiro caso, e na atuação política e construção de demandas em uma associação de moradores, no segundo.

O conceito de capital social tem sido muito utilizado pelas ciências sociais nos últimos anos, especialmente pela ciência política e sociologia. O significado genérico inerente a este conceito corresponde a uma espécie de valor de caráter relacional, cuja validade e legitimidade só operam quando levada em conta uma determinada rede de relações sociais. Algumas teorias tratam o capital social como uma esfera da vida complementar ao capital econômico e ao capital humano, que, somado a estas outras duas esferas, contribuiria para uma análise estrutural das sociedades em diversos contextos.

Mesmo que esta ideia de capital social esteja presente nas diversas obras que trabalham com este conceito, sua definição mais precisa está longe ser um consenso. Silveira define três níveis dominantes de abordagem do conceito de capital social no âmbito das ciências sociais:

1. Nível individual, atuando no mercado e nas instituições sociais;
2. Nível de pertencimento e identificação dos indivíduos nas redes sociais;
3. Nível comunitário-coletivo, promovendo uma regulação da vida social.²

Esta última linha de abordagem tem nos trabalhos de Putnam o seu referencial mais significativo. O capital social é, então, compreendido como “a característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para a eficiência da

sociedade facilitando as ações coordenadas”.³ Dentro de uma perspectiva sociocultural, o capital social assume a ideia de “compromisso cívico” cujo estoque de capital tende a ser cumulativo e a reforçar-se mutuamente. Em síntese, a existência de uma sociedade civil ativa e vibrante, que tenha grande reserva de capital social, é condição fundamental para o funcionamento das instituições democráticas.

No que se refere ao nível de pertencimento e identificação dos indivíduos nas redes sociais, o trabalho de Coleman é a principal referência. Para ele, o capital social consiste em um atributo da estrutura social complementar ao capital econômico e ao capital humano. O capital social seria definido pela sua função como uma variedade de entidades distintas com dois elementos em comum: todas elas contêm alguma dimensão das estruturas sociais e todas elas facilitam certas ações dos atores dentro da estrutura, sejam eles indivíduos ou corporações.

No nível individual, atuando no mercado e nas instituições sociais, a principal contribuição encontra-se na perspectiva elaborada por Bourdieu.⁴ Segundo Portes,⁵ “a análise de Bourdieu pode ser considerada como a que apresenta maior refinamento teórico entre aqueles que introduziram o termo no discurso sociológico contemporâneo”.⁶ Para Bourdieu, “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento”.⁷ Portanto, o acesso a uma rede durável de relações e a participação em determinados grupos podem garantir aos indivíduos o acesso a determinados recursos. Portes também enfatiza que a definição dada por Bourdieu ressalta os dois aspectos que

³ PAVEZ, Thais. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 18.

⁴ BOURDIEU, 1999; BOURDIEU, 2005.

⁵ PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, p. 133-158, 2000.

⁶ PORTES, 2000, p. 135.

⁷ BOURDIEU, 1999, p. 67.

² SILVEIRA, Angelita Fialho. *Capital social e educação: perspectivas sobre empoderamento da juventude em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

conformariam o capital social: em primeiro lugar, a própria relação social que permite aos indivíduos acessar recursos compartilhados nas redes de relações e, em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos. Nessa perspectiva, rede de relações seria

o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos. Em outras palavras, a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que impliquem obrigações duráveis, subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos).⁸

No intuito de apreender os capitais sociais de grupos em posição desfavorável no espaço social, Marteleto e Silva⁹ esmiúçam o conceito em três dimensões: o **capital social de ligação**, cujas relações se dão entre indivíduos que compartilham semelhantes características sociais e demográficas, ou seja, na composição da rede relacional estão os vínculos entre iguais; o **capital social de ponte** que consiste no estabelecimento de relações entre indivíduos em semelhante posição social, mas geograficamente distantes, ampliando o alcance de suas ações; e o **capital social de conexão**, que se caracteriza pelo estabelecimento de relações entre indivíduos em situação de subalternidade com aqueles em posição de mando/autoridade. Estes são os vínculos mais “produtivos” no sentido de permitir aos indivíduos acesso a recursos a partir de relações sociais. Estas três dimensões do capital social estão relacionadas com diferentes modos de participação política, como veremos adiante. O

⁸ BOURDIEU, 1999, p. 68.

⁹ MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

Quadro 1 sintetiza as três dimensões e os seus respectivos indicadores.

Quadro 1: Dimensões de capital social e seus indicadores

Dimensão	Indicadores
Capital social de ligação	Relações sociais entre iguais que têm as mesmas características socioeconômicas e que convivem na mesma comunidade/bairro.
Capital social de ponte	Relações sociais entre iguais que têm aspectos socioeconômicos semelhantes e que vivem em comunidades/bairros diferentes.
Capital social de conexão	Relações sociais com indivíduos em posição de mando/autoridade.

Fonte: Elaboração dos autores a partir das considerações de Marteleto e Silva, 2004.

O caso da cooperativa Univens

A cooperativa Univens localiza-se na cidade de Porto Alegre, fundada em 1996 por um grupo de mulheres que buscava uma alternativa de emprego que solucionasse o problema da dupla jornada feminina: a dificuldade de conciliar trabalho doméstico com trabalho assalariado. Em 2007, possuía 25 membros, dos quais 23 eram mulheres e dois homens. Destes 25 membros, apenas cinco compuseram o grupo inicial que fundou a cooperativa. Ao longo do tempo, a Univens se consolidou como uma alternativa de trabalho para suas integrantes e hoje é considerada um modelo não apenas em termos de êxito econômico, mas, especialmente, em termos da efetivação dos princípios da economia solidária (ES). A Univens fabrica diversos tipos de produtos têxteis tais como bandeiras, bolsas, bonés e camisetas para sindicatos, escolas, movimentos sociais, associações, clubes e afins. Fornece, também, material para eventos como congressos, seminários e outras espécies de encontros políticos, científicos e culturais.

A cooperativa opera sob o modelo de autogestão, através do qual são tomadas coletivamente as decisões por meio de votação entre seus membros em assembleias regulares. Os

cargos administrativos – tais como presidência, tesouraria e conselho fiscal – são preenchidos através de processo eleitoral. A rotatividade das posições administrativas é estimulada pela determinação estatutária de que a ocupação de tais cargos é uma atividade extra a ser desempenhada pela trabalhadora; ou seja, todas as ocupantes destes cargos mantêm o compromisso com a realização das atividades produtivas, uma vez que o desempenho de cargos administrativos não acarreta em diminuição do trabalho na produção.

A situação atual da Univens é estável, pois se consolidou no mercado e hoje pode oferecer aos seus membros uma renda mensal acima da média salarial da categoria no setor privado. Um dos principais fatores do relativo sucesso da Univens pode ser atribuído à rede de relações interorganizacionais na qual a cooperativa está inserida. O suporte inicial à Univens foi, em grande medida, dado por entidades sociais e instituições municipais. De 1999 a 2004, a cooperativa esteve sediada no espaço cedido pela Incubadora Popular de Cooperativas e Grupos da Prefeitura de Porto Alegre. O apoio de uma ONG espanhola possibilitou, posteriormente, a construção de uma sede própria, na qual a Univens opera atualmente. Em entrevistas com as associadas,¹⁰ foi possível constatar o quanto a articulação da cooperativa com entidades e instituições governamentais e não-governamentais foi importante para que o empreendimento pudesse se consolidar. Os vínculos com outras cooperativas, sindicatos e partidos políticos (particularmente o Partido dos Trabalhadores - PT) também é um fator importante na consolidação de um mercado consumidor para os produtos da cooperativa.¹¹ Além destes vínculos, a Univens conta ainda com o apoio de universidades e entidade que oferecem cursos de capacitação profissional às trabalhadoras do empreendimento.

Conforme salientado, a cooperativa pesquisada incorporou à sua estrutura formal um conjunto de regras e procedimentos que visa garantir a instituição de um espaço fundado por relações igualitárias entre seus membros: assembleias gerais, eleições para ocupação dos cargos administrativos, obrigação de todos participarem do processo produtivo, entre outros elementos. Em função da presença destes mecanismos, somada à relativa homogeneidade socioeconômica dos membros da cooperativa, a expectativa seria encontrar um alto grau de simetria no seu interior, aproximando-a do ideal igualitário que marca a proposta da ES.

No entanto, a partir das observações e entrevistas realizadas, percebe-se uma expressiva assimetria nas relações entre as associadas. Apesar da igualdade formal de todos os membros, as próprias trabalhadoras identificam a existência de um pequeno grupo – e dentro deste um indivíduo em particular – que ocupa uma posição diferenciada, conferindo a este uma relativa superioridade sobre os demais. Mesmo que tal superioridade não se traduza em distinções formais entre as trabalhadoras, sendo ressaltado de forma unânime que todas estão submetidas às regras igualitárias que orientam o empreendimento, observa-se claramente que alguns indivíduos possuem maior autoridade e prestígio no interior da cooperativa.

De acordo com os depoimentos colhidos, pôde-se identificar a existência de um subgrupo, formado pelas cinco remanescentes do grupo inicial que criou a Univens. Marcado por um alto grau de identificação interpessoal e com a proposta da ES, este grupo apresenta um claro papel de animador do conjunto dos trabalhadores, buscando gerar um envolvimento que vá além da visão da cooperativa como mera alternativa de trabalho e renda. Usando a tipologia de Azambuja,¹² este grupo estaria dotado de um “sentido político do trabalho autogerido”, segundo o qual “o trabalho autogerido representa a possibilidade da consecução de um projeto político,

¹⁰ Foram realizadas 11 entrevistas com trabalhadoras da cooperativa entre os meses de agosto e novembro de 2007.

¹¹ Um exemplo da relação da Univens com entidades governamentais e não-governamentais como possibilidade de acessar mercados e serviços é o fato da cooperativa ser responsável pela produção de bolsas utilizadas pelos participantes do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre no ano de 2005.

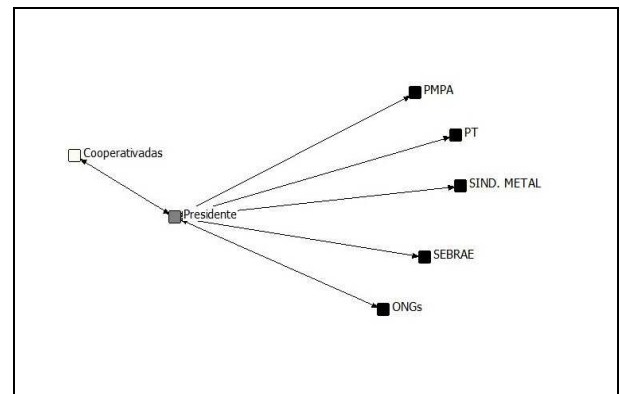
¹² AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. *Os sentidos do trabalho autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 97.

de inserção num processo de mudança da realidade social e do comportamento das pessoas”.

No interior deste grupo, identificado e distinguido pelas entrevistadas como as “antigas”, observa-se a marcante ascendência de uma trabalhadora. Esta, denominada por uma entrevistada como sendo a “alma” da Univens, ocupa a presidência da cooperativa desde a sua fundação e é identificada por todas as entrevistadas como o membro com maior prestígio. Conforme expresso acima, parte-se do argumento que esta assimetria se funda na desigual distribuição de capital social (em termos de volume e tipo) entre os participantes da cooperativa. De acordo com os dados coletados, este argumento parece encontrar significativa sustentação empírica. Primeiramente, identifica-se que o grupo das “antigas” desempenha um papel central em termos da constituição e reprodução das *relações de ligação* entre as trabalhadoras da cooperativa. Sendo as portadoras da história e dos ideais que orientaram a constituição da Univens, estas trabalhadoras acabam sendo as principais responsáveis pelo processo de identificação coletiva que fundamenta a confiança e a solidariedade no interior do grupo.

No que se refere às *relações de ponte* e às *relações de conexão*, ou seja, às relações da cooperativa com outras organizações e instituições, observa-se um quadro ainda mais concentrado que o observado nas relações de ligação. De fato, tais relações de ponte e conexão são praticamente monopolizadas pela presidente, levando a que muitas das entrevistadas apresentem um relativo desconhecimento sobre como tais relações foram estabelecidas e como elas se estruturam. Uma ideia da distribuição do capital social entre as trabalhadoras poder ser visualizada na seguinte figura:

Figura 1: Mediação realizada pela Presidente da Univens.¹³



Fonte: Sociograma elaborado a partir do material produzido na pesquisa de campo.

Na medida em que as relações externas são eficazes na obtenção de recursos para a cooperativa (acesso a mercados, capacitação, financiamento de projetos etc.), sendo um dos fundamentos de seu sucesso como empreendimento econômico, elas acabam sendo um fator central para a geração e manutenção do prestígio e autoridade da presidente entre as trabalhadoras da Univens, uma vez que esta acaba sendo a grande responsável por aquelas relações. Ou seja, o controle sobre estas relações de ponte e de conexão é o fundamento do significativo estoque de capital social da presidente da Univens, sobre o qual se sustenta sua posição de superioridade na estrutura de posições da cooperativa.

A capacidade da presidente acumular este capital social amplo e diversificado e, assim, assumir esta posição de superioridade em relação às outras trabalhadoras da cooperativa está diretamente relacionada à sua trajetória de envolvimento político-associativo. Nesta trajetória, foram construídas relações com diversos indivíduos e organizações que possibilitaram, posteriormente, o acesso a recursos e oportunidades para a Univens. Sua ligação com o PT, com o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e com diversas organizações e movimentos sociais possibilitou a

¹³ As siglas ilustradas na figura 1 referem-se à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ao Partido dos Trabalhadores, ao Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e às Organizações Não-Governamentais que prestam apoio à cooperativa.

captação de recursos e apoio para a formação da cooperativa. Especialmente após a conquista da Prefeitura Municipal pelo PT, em 1989, estas relações se “valorizaram”, na medida em que indivíduos destas organizações sociais e políticas passaram a ocupar postos no governo e, assim, a acessar e controlar a utilização de recursos da administração municipal. Como destacado anteriormente, a instalação da Univens no espaço cedido pela incubadora de cooperativas da prefeitura durante o período de cinco anos foi um elemento fundamental para a viabilização do empreendimento.

Esta mesma inserção político-associativa, juntamente com as atividades desenvolvidas pela própria Univens, possibilitou à presidente inserir-se de forma destacada nas redes ligadas à ES que estavam sendo constituídas no mesmo período de formação da cooperativa. Representando uma experiência que se tornou um caso exemplar de êxito, a presidente da Univens passou a acessar e transitar em diversos eventos (seminários, congressos, fóruns) relacionados à ES, constituindo um amplo leque de relações com os diversos atores (cooperativas, ONGs, pesquisadores, gestores públicos). Tais contatos, por sua vez, oportunizaram que a cooperativa pudesse obter recursos importantes para sua consolidação (informações, reconhecimento, capacitação, financiamentos, mercados).

Assim, na medida em que as relações externas da cooperativa se fundam basicamente nas relações de ponte e de conexão construídas pela presidente e, particularmente, na medida em que estas relações não são facilmente transferíveis aos outros membros da cooperativa (uma vez que se fundam na sua trajetória pessoal, na qual se forjaram determinadas disposições e capacidades que a distinguem das outras trabalhadoras), torna-se compreensível a assimetria observada.

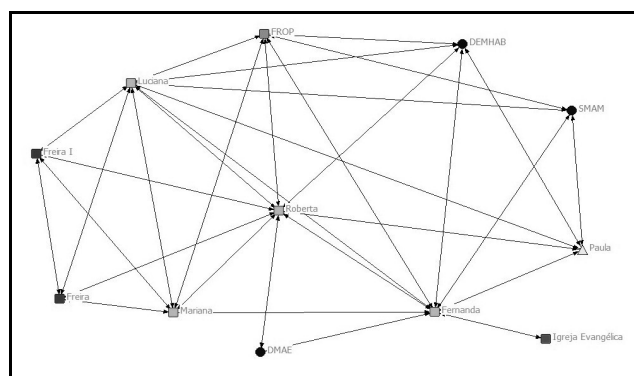
O caso da Associação dos Moradores da Vila Menino Deus (AMVMD)

A comunidade da Vila Menino Deus começou com a ocupação de uma área pertencente ao

DMAE¹⁴ por famílias oriundas de diversas comunidades populares nos primeiros anos da década de 1970. Somente no início dos anos 1990 é fundada a AMVMD. Entre os motivos para a criação da entidade, as entrevistas¹⁵ indicaram dois entendimentos distintos do processo. De um lado, de que a experiência prévia de um dos seus fundadores no Orçamento Participativo (OP) teria possibilitado acesso às informações necessárias à organização comunitária. Por outro lado, de que a existência de uma ordem de despejo contra os moradores levou à necessidade de fundar uma entidade representativa, a fim de evitar o desalojamento. Após esse episódio, e a consequente formação da associação, deu-se a participação dos moradores no OP.

A Figura 2 apresenta a rede social configurada em torno dos atores centrais da AMVMD em 2008. Eles estão sinalizados por um quadrado cinza, representando a presidente da associação (Roberta) e sua vice (Luciana), a ex-presidente (Fernanda) e a delegada da comunidade no FROP¹⁶ (Mariana). Os demais “nós” dizem respeito a atores ou instituições cuja presença na rede foi verificada no trabalho de campo. Objetiva-se, a seguir, explorar as conexões existentes, exemplificando-as através de ações e manifestações políticas e analisando o tipo de capital social envolvido em cada situação.

Figura 2: A rede social da Associação dos Moradores da Vila Menino Deus, 2008.



Fonte: Sociograma elaborado a partir do material produzido na pesquisa de campo.

¹⁴ Departamento Municipal de Águas e Esgotos.

¹⁵ Foram realizadas entrevistas com integrantes da sua diretoria e com a sua delegada no Fórum Regional do Orçamento Participativo da Região Centro, bem como observações neste espaço em 2008.

¹⁶ Fórum Regional do Orçamento Participativo.

Segundo as informações levantadas, a AMVMD, desde a sua fundação, conta com o apoio de uma agente social externa à comunidade. Na figura acima, ela está assinalada por um triângulo. De modo geral, esse “nó” é importante tanto ao funcionamento da associação quanto à persistência da luta empreendida pela comunidade. Em outras palavras, sua contribuição vai desde aspectos jurídicos (registro da entidade, por exemplo) até a organização das eleições associativas e manutenção das suas atividades.¹⁷

No que respeita ao capital social representado por essa agente social, infere-se a presença do capital social de ponte, uma vez que ela ocupa uma posição social semelhante à população mobilizada pela AMVMD e reside externamente à comunidade. Essa vinculação significa a extrapolação das fronteiras da comunidade, proporcionando acesso a possíveis recursos e capitais detidos por ela. Não obstante o seu contato com um deputado estadual, não é possível afirmar que a comunidade da Vila Menino Deus teve acesso direto a recursos, sobretudo materiais, provindos dessa conexão. Pode-se inferir que esse “nó” conhece os “caminhos” para que a associação se mantenha funcionando, como é possível deprender da fala da sua atual presidente.

Porque nós já tivemos três ordens de despejo aqui, né. Então ela [Paula] sempre, quando a gente precisava, ela sempre nos apoiava. Como ela tem mais conhecimento na área, né. Então ela que ajudava a gente a ir no lugar certo. [...] Nós é que estamos tocando isso [o registro da associação], eu e a Luciana. [...] A gente não sabe de quase nada. Então a Paula é que tá nos assessorando. (Roberta - AMVMD).

Além disso, ela apóia diretamente os moradores, buscando nos departamentos municipais recursos públicos, pois, segundo a

mesma entrevistada, a aquisição da sua casa de passagem foi possível “por intermédio da Paula, também.¹⁸ Ela fez o pedido dessa peça pra mim, que até então eu não tinha condições de fazer, né. Trabalhava, mas o dinheiro, pouco que eu recebia, não tinha condições de montar a minha casa, né” (Roberta – AMVMD). Observa-se, aqui, o capital social de ponte, representado por essa agente social, promovendo ações e manifestações políticas através da mobilização das relações sociais da entidade.

Percebe-se, na Figura 2, a presença de agentes sociais pertencentes a igrejas situadas no bairro Menino Deus. Destacam-se a atuação de duas freiras católicas junto à comunidade da Vila Menino Deus e a conexão entre a ex-presidente da associação e uma igreja evangélica localizada no bairro. Esses dois exemplos evidenciam a presença do capital social de ponte, ou seja, laços sociais com agentes externos à comunidade. Isso porque, mesmo se localizando no bairro, não integram a Vila Menino Deus. Esses laços significam, portanto, a extrapolação das relações sociais dos moradores, o que é relevante para a ampliação das suas ações e manifestações políticas. Representam, ademais, a construção da participação política, visando recursos públicos, por meio da mobilização das relações sociais da associação.

No que concerne à atuação das freiras, não foi possível averiguar a data precisa do seu início, apenas que se trata de uma relação antiga, perfazendo mais de 10 anos. Elas realizam diversas atividades, entre as quais a de culinária, a de pintura e a de confecção de peças de cama. Segundo as informações obtidas, essas agentes sociais seriam as únicas a realizar trabalho comunitário com os moradores. Elas também contribuíram no processo de aquisição provisória de um terreno para que a atual presidente da associação pudesse construir a sua casa em um local mais seguro. Nesse exemplo, evidencia-se a relevância do capital social de ponte na ampliação das redes sociais e, por conseguinte, das ações empregadas ao acesso de recursos públicos.

¹⁸ Nesse exemplo é preciso destacar a atuação das duas freiras que realizam trabalhos com a comunidade. A atuação delas será analisada a seguir.

¹⁷ Damo, com o intuito de apreender os significados da participação no OP, descreve a trajetória dessa líder comunitária, entre os líderes atuantes no processo de OP porto-alegrense. DAMO, Arlei Sander. Cultura e agência: o engajamento no Orçamento Participativo. *Campos - Revista de Antropologia Social*, América do Sul, v. 9, n. 1, p. 51-85, 2008. p. 58-60. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/13867/9340>>. Acesso em: 29 maio 2009.

A respeito da participação da igreja evangélica, infere-se que esse vínculo se dava, basicamente, através da ex-presidente da entidade, que, segundo uma entrevistada, segue essa orientação religiosa. Essa conexão possibilitou eleger a demanda de uma cozinha comunitária no OP.¹⁹ A partir das observações realizadas no FROP, constatou-se que a referida igreja não participa assiduamente das reuniões, ficando a cargo da então presidente cobrar dos representantes do governo a execução da obra. A despeito disso, a união desses grupos permitiu “ganhar” a demanda, o que demonstra a relevância das conexões externas para acessar recursos.

No que tange aos vínculos com agentes em posição de autoridade, a rede social da AMVMD apresenta conexões, preferencialmente, com o DMAE, o DEMHAB²⁰ e a SMAM.²¹ Segundo as entrevistas, constatou-se que historicamente a entidade tem procurado acesso a recursos no DEMHAB, pois “é aonde todo mundo debate que é a habitação, né. Habitação onde todo mundo debate. Moradia, tudo” (Fernanda – AMVMD). O contato com o DMAE se deve, sobretudo, ao fato da Vila Menino Deus se localizar em terras que pertencem a esse departamento municipal. Já a SMAM foi procurada para solicitar o corte de algumas árvores, cuja precária localização e situação estariam pondo em risco algumas moradias.

Segundo as informações levantadas, as tentativas de acesso a esses órgãos públicos ocorrem, historicamente, de duas maneiras. A primeira se dá através da intermediação dos conselheiros do FROP da Região Centro, uma vez que é comum o agendamento de reuniões com os representantes do poder público e a participação de diversas comunidades. A segunda ocorre por meio de tentativas diretas de acesso aos agentes públicos realizadas pelos representantes da associação, muitas vezes com o apoio da Paula. Conforme explica uma entrevistada, “se tu não quer pedir pelo

Orçamento Participativo a reunião, tu liga. O presidente da associação liga e agenda a reunião. Aí depois tu escolhe o conselho pra ir contigo. O conselho vai contigo” (Fernanda – AMVMD).

No que tange às tentativas de acesso aos órgãos estatais por meio do FROP Região Centro, há a presença do capital social de ponte agindo de duas formas distintas.²² Por um lado, extrapolando as relações sociais, ou seja, possibilitando a participação em uma rede social maior, configurada no interior de um espaço de participação política formal. Por outro lado, também expandindo a rede relacional da associação, mas proporcionando uma manifestação política em um espaço não formal. Em ambos os exemplos, trata-se de acesso a agentes públicos, diferindo nas ações empregadas, isto é, o mesmo capital social é responsável pela participação política tanto em espaços formais quanto nos não formalizados. No que concerne ao OP, vale ressaltar, além dele consistir em um espaço formal de acesso a recursos públicos, ele também se mostra relevante por ampliar a rede relacional das comunidades populares e por possibilitar o contato com agentes públicos.

Quanto às tentativas diretas de acesso aos órgãos públicos, a AMVMD apresenta conexões com o DMAE – devido, essencialmente, à localização da comunidade em propriedade que pertence a esse departamento municipal – e com o DEMHAB, uma vez que esse departamento é responsável pelas políticas públicas de habitação, principal reivindicação dos moradores da Vila Menino Deus. Percebe-se, então, pelos motivos elencados acima, a presença do capital social de conexão, ou seja, uma integrante da AMVMD mantém contato próximo com indivíduos em posição de autoridade, que conduz suas tentativas de acesso a recursos públicos através de ações empregadas em espaços institucionais informais, uma vez que tais canais de reivindicações não correspondem àqueles que são instituídos formalmente como o OP. A AMVMD, através da

¹⁹ Não foi possível localizar a referida demanda na lista de obras selecionadas no OP. Segundo a ex-presidenta da AMVMD, a cozinha comunitária foi solicitada no OP e é nesse espaço que ela cobrava do poder público municipal a sua concretização.

²⁰ Departamento Municipal de Habitação.

²¹ Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

²² Consideram-se as relações sociais configuradas no FROP Região Centro como significando um capital social de ponte para a AMVMD, pois, conforme se constatou no trabalho de campo, os atores sociais que atuam nesse espaço se encontram, na sua maioria, posicionados nos setores populares.

ação empregada pelo “nó” Fernanda, junto ao DEMHAB e, principalmente, ao DMAE, obteve a construção de uma pequena praça de recreação para as crianças da comunidade. Estranhamente, essa informação não foi obtida através da entrevista com a Fernanda, mas sim por meio das entrevistas com a atual presidente e com a conselheira da associação no FROP.

Considerações finais

A análise do caso da cooperativa identificou tensões entre o objetivo normativo de instituição de relações igualitárias e a dinâmica concreta de relações entre atores desiguais em termos de seus recursos relacionais. Geralmente ocultos por perspectivas centradas nos atributos dos agentes como fundamento das diferenças de autoridade e prestígio, os recursos relacionais – o capital social dos agentes – se mostram fundamentais para explicar assimetrias entre os “iguais”. Mas, se o caso da Univens identifica obstáculos à instituição de relações igualitárias em empreendimentos solidários, ele mostra também como mecanismos institucionais e disposições ideológicas podem operar como barreiras para impedir que a desigualdade em termos de recursos relacionais, autoridade e prestígio se desdobre em desigualdade econômica e institucional. Ou seja, não foi observada a conversão da posição de superioridade das “antigas” em vantagens de remuneração, de trabalho no processo produtivo ou de subordinação às regras. A desigualdade observada, ao contrário de ser um elemento de ameaça ao seu êxito, parece se constituir em um dos principais fatores explicativos de seu sucesso. Neste sentido, fica claro que o seu êxito está diretamente vinculado à capacidade da presidente realizar um processo de mediação, mobilizando sua rede ampla e diversificada de relações políticas e associativas no sentido de obter recursos essenciais para manutenção da cooperativa. Em um contexto de profunda desigualdade como o brasileiro, esta mediação permite acessar recursos particularmente escassos para os segmentos populares, possibilitando sua inserção em um mercado pouco permeável e concentrador da riqueza.

De modo geral, observou-se que a AMVMD possui uma rede relacional restrita e, sobretudo, constituída por indivíduos situados em posição inferior na hierarquia social. Além de possuir poucos vínculos externos à sua comunidade, esses são, na sua maioria, com agentes em semelhante posição social. Ademais, ela tende a atuar politicamente em espaços de políticas públicas como o OP. Neste espaço, ela emprega, em especial, os capitais de ligação e ponte, uma vez que vai à busca de recursos individualmente, através de suas representantes, ou em conjunto com outras entidades populares ali participantes. Percebe-se, também, a expressiva presença do capital social de ponte, agenciado através da mobilização das relações sociais e, em especial, representado pelo “nó” Paula (ver Figura 2). O capital social de conexão deve ser relativizado quanto a sua importância ao acesso de recursos, pois está ancorado na rede relacional da AMVMD devido, sobretudo, à localização da comunidade em área de propriedade do DMAE. Assim, os laços sociais de conexão que a ex-presidente da entidade – devido ao seu histórico de luta no movimento associativo das camadas populares e a sua longa participação no OP – consegue contatar possibilitaram a construção de uma praça para as crianças da comunidade. Contudo, tais conexões não se mostraram capazes de acelerar o processo de urbanização da vila, demanda eleita no OP em fins da década de 1990 e da qual apenas o levantamento topográfico fora realizado até a finalização da pesquisa. Neste sentido, nosso argumento consiste na sustentação de que a operacionalização do conceito de capital social permite compreender situações e contextos marcados por expressivas desigualdades nos quais a estrutura das relações sociais é fundamental para se entender como indivíduos e grupos acessam recursos materiais e simbólicos.

[Recebido em: setembro 2010 e
aceito em: outubro 2010]